

---

Heinich, Nathalie, *L' épreuve de la grandeur. Prix littéraires et reconnaissance*. Paris: La Découverte, 1999.

---

Na sequência dos trabalhos anteriores de Nathalie Heinich sobre sociologia da cultura e da arte, esta obra aborda os efeitos do sucesso na gestão identitária dos laureados com prémios literários em França. Mas o objectivo da autora é mais ambicioso. O reconhecimento ou a consagração literária conduzem a mudanças profundas na grandeza das pessoas. As tensões daí decorrentes, tanto a nível pessoal como relacional, obrigam a um trabalho identitário exigente, por vezes doloroso, de conciliação entre diferentes ordens de grandeza e diferentes momentos de definição da identidade pessoal. Daí que o cerne da discussão teórica avançada neste livro passe pelo tema da legitimidade das posições de poder e pela justificação e tentativas de reparação das diferenças de grandeza nas sociedades democráticas modernas.

A obra divide-se em duas partes: na primeira, são apresentadas as entrevistas com os premiados; na segunda, Nathalie Heinich procede a uma análise teórica sobre as diferenças de grandeza. Os autores entrevistados foram: Claude Simon (Nobel); Jean Rouaud (Goncourt); Annie Ernaux (Renaudot); Emmanuèle Bernheim (Médicis); Michel Tournier (Goncourt); Andreï Makine (Goncourt e Médicis); Jacques Chessex (Goncourt). As entrevistas restituem a componente mais concreta e pessoal dos efei-

tos do sucesso. Na sua diversidade, entre autores consagrados e debutantes no mundo das letras francesas, permitem a apreensão da heterogeneidade dos processos de construção identitária pessoal dos premiados em circulação pelos mundos familiar, académico, literário e jornalístico.

Mas é sem dúvida a parte teórica desta obra que considero mais desafiadora e de uma grande riqueza. Partindo da ideia de que existe uma pluralidade de princípios de justiça, Heinich procede a uma discussão minuciosa e bem estruturada das modalidades, das condições e dos desafios ligados aos processos concretos de reconhecimento pessoal e social. A distribuição de bens raros (neste caso, o reconhecimento) e os princípios a que esta obedece procuram neutralizar a inveja e o ressentimento quanto às desigualdades, atenuando ou anulando o eclodir sempre possível da violência. A necessidade de manter os laços entre a pessoa e os outros (princípios de justiça aceites em geral) é acompanhada e complementada por uma necessidade íntima de a pessoa manter a sua coerência identitária.

No jogo identitário múltiplo (de si para si – autopercepção; do outro para si – designação; e de si para o outro – representação) e na heterogeneidade de grandezas por onde circulam as pessoas, as provas e as barreiras a ultrapassar são muitas. Pela crescente democratização na hierarquia das grandezas verificada nos países ocidentais, torna-se mais exigente e dúctil a justificação e a legitimação das diferenças e das desigualdades. Os poderosos (em qualquer

uma das dimensões de poder), contra o risco da desordem pelo aumento das distâncias de grandeza, obrigam-se a manter um equilíbrio ténue e precário entre coerência de si (nível pessoal), controlo da inveja (nível relacional) e princípios de justiça que atribuam as suas posições a méritos reconhecidos (nível social).

Mais importante ainda, pela constatação da pluridade dos princípios de justiça, é a conclusão de Heinich da existência de um princípio de irredutibilidade das pessoas a qualquer qualificação, muito menos se esta for quantitativa. Daí que os analistas e investigadores tenham de atender forçosamente às resistências que os indivíduos colocam às categorizações, às definições dos estudiosos e aos determinismos analíticos. A própria Heinich sentiu esta resistência quando Claude Simon aceitou ser entrevistado só com a condição de a entrevista ser curta e não gravada, e Michel Tournier, depois de ler a transcrição da sua entrevista, não autorizou a utilização de extractos da mesma.

As considerações metodológicas inseridas no início de cada um das partes e na conclusão desta obra também são de uma relevância acentuada para as ciências sociais e humanas. Heinich, seguindo os preceitos de Max Weber, propõe a neutralidade axiológica do analista. Nas palavras da autora, «[...] Na ausência de uma preferência moral atribuída a estas noções, vê-se como uma análise do reconhecimento pode suspender todo o ponto de vista nor-

mativo em favor de uma descrição analítica da experiência vivida» (p. 278). Esta é uma questão central nas ciências sociais. É possível enunciar sem avaliar ou denunciar? É possível suspender a normatividade e permanecer na descrição? Heinich argumenta que sim, sugerindo que sobre um dado tema seja apresentado o maior leque possível de posições, alargando o campo dos possíveis. Reportando-se à sociologia, Heinich propõe uma sociologia «fria» sobre temas «quentes», fortemente investidos pelas pessoas. Esta posição epistemológica e metodológica pode ser fácil ou menos difícil quando são estudados temas pouco polémicos, ou se conversa com actores habituados ao diálogo e à busca do consenso pela comunicação. Como se mantém a neutralidade axiológica em situações de violência, de exploração, de opressão e de abuso? De que pertinência se podem revestir a presença e os relatos do investigador para quem é explorado ou vive em situações extremas e degradantes? Se a objectividade analítica é imperativa, tal não pode nem deve implicar a neutralidade.

Em conclusão, esta obra de Nathalie Heinich, escrita de uma forma clara e elegante, é uma referência fundamental para quem se debruça sobre os temas que giram à volta da identidade e dos processos complexos e ambivalentes de reconhecimento pessoal e social.

José Manuel Mendes